

Educação e desenvolvimento

Eurides Brito da Silva

A noção moderna de desenvolvimento foi incorporada ao ideário democrático-progressista, e, assim, aos planos e ações políticos de caráter liberal, a partir da segunda Guerra Mundial.

Inicialmente, e até meados da década de 70, desenvolvimento era um conceito meramente econômico, operacionalizável em termos de crescimento econômico, sobretudo crescimento da renda per capita.

Nos últimos 15 anos, porém, a noção de desenvolvimento tem sido expandida no sentido de incluir não apenas os fatores econômicos, mas também os psicossociais e culturais.

Chegou-se, assim, à idéia atual de desenvolvimento: processo pelo qual a sociedade adquire certas qualidades básicas, a saber, segurança, suficiência, satisfação e estímulo, qualidades, essas, capazes de mover a sociedade e fazer pleno uso de suas potencialidades, sobretudo de seus recursos humanos.

Passemos agora à educação. A noção mais comum entre nós é a de educação como sinônimo de escolaridade, de educação meramente formal. Essa noção, estrita e estreita, tem raízes no nosso passado colonial, quando educação era entendida como simples processo de treinamento das pessoas, com vistas a adquirir algumas habilidades e os valores, atitudes e comportamentos tradicionais da sociedade estática, vale dizer, do "sistema".

Modernamente, a educação deve ser entendida na sua acepção antropológica, ou seja como processo de socialização pelo qual a pessoa humana, independentemente da escola, adquire os valores, as atitudes e os comportamentos de seus grupos sociais, de sua sociedade e de sua cultura em contínuo processo de transformação.

Com base nesse conceito antropológico, pode-se e deve-se entender a educação como o mais poderoso meio para construir e transformar a vida das pessoas e da sociedade.

Entender a educação desse modo é

entendê-la como fator, eticamente aceitável, de desenvolvimento da pessoa humana e da sociedade, do Povo e da Nação.

Feitas essas breves considerações sobre desenvolvimento e educação, pode-se agora inquirir sobre as relações entre os dois conceitos:

Inicialmente, cabe lembrar a reciprocidade que existe entre desenvolvimento e educação, patente quando se examina o chamado "círculo vicioso" do subdesenvolvimento, infelizmente tão bem conhecido por todos nós.

Por que uma nação é subdesenvolvida? Claro que essa é uma pergunta complexa, que demanda uma resposta igualmente complexa, fundada numa análise histórica, política, sócio-econômica, psicossocial e cultural. Uma nação é subdesenvolvida porque investe pouco no homem e se aproveita insatisfatoriamente de seus recursos, sobretudo de seus poucos recursos humanos. E se tal acontece, instalam-se a pobreza, a miséria e suas mazelas: baixa produtividade, desemprego, instabilidade político-social, carências de toda ordem, como falta de habitação, subnutrição, doenças erradicáveis, apatia e insegurança, para citar apenas alguns indicadores perversos do tenebroso cenário do subdesenvolvimento.

Mas, acima de tudo, uma nação é subdesenvolvida porque seus filhos acreditam e aceitam que são subdesenvolvidos.

De fato, não há transformação social — desenvolvimento, portanto —, se não existir transformação no plano individual.

E como transformar o indivíduo humano, e, com ele, toda uma sociedade, propiciando-lhe os valores, as atitudes, os comportamentos, as habilidades e os conhecimentos compatíveis com os ideais e os objetivos do desenvolvimento, senão pela educação? Que outro meio seria capaz de fazer, com eficiência e senso ético, o homem acreditar e aceitar como possível e desejável o desenvolvimento no plano pessoal e social?

A educação é um fator crucial para o desenvolvimento. Mas sem um mínimo de desenvolvimento, especial-

mente uma ordem jurídico-institucional fundada nos ideais de democracia e progresso, não é possível pensar em educação, na acepção que aqui adotamos para o termo. Esse é o processo que rompe o "círculo vicioso" do subdesenvolvimento.

As relações entre desenvolvimento e educação, portanto, são tanto de caráter psicossocial e cultural como de caráter político e econômico. Semelhante afirmação está bem fundamentada na realidade.

De fato, não se conhece país desenvolvido que não tenha investido muito, por todos os meios, em educação, formal e não-formal, para todos os cidadãos e grupos sociais.

Essa é a história da Europa Ocidental, da América do Norte e de países como o Japão e a Indonésia.

Essa pode e deve ser a história do Brasil. Temos terra, povo e cultura extraordinários. Temos recursos naturais incomparáveis. Temos uma sólida base de recursos humanos, conseguida ao longo dos anos, sobretudo nos últimos 40 anos, em momentos de grande crescimento econômico, como os que caracterizaram a década de 70. Temos um sistema de ensino organizado, em vias de modernização, graças à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que poderá ser promulgada ainda neste ano. Temos instituições educacionais e de pesquisa internacionalmente reconhecidas. E temos, acima de tudo, um ordenamento jurídico encabeçado por uma Constituição que consagra o Estado Democrático de Direito, fundado nos ideais de liberdade, igualdade, fraternidade e progresso.

Temos, portanto, as condições necessárias para educar o homem brasileiro com vistas ao desenvolvimento. Faltam-nos, é verdade, recursos financeiros e materiais. Mas estes poderão ser plena e rapidamente conseguidos a partir do que temos e do ponto em que nos encontramos.

A nossa Carta Magna indica-nos o caminho.

■ Eurides Brito da Silva, vice-presidente do Conselho Mundial de Educação Comparada, é deputada pelo PTR do Distrito Federal